

EDUCAÇÃO INDÍGENA: A Educação Diferenciada para o convívio do Povo Tremembé de Queimadas – Acaraú Ceará.

Manoel Aristeu de Freitas¹

RESUMO

Este artigo irá abordar a educação escolar do povo indígena na Aldeia Tremembé de Queimadas, com embasamento na Educação nacional indígena no Brasil, que teve início com a história da colonização europeia; no entanto, o debate crítico sobre uma Educação Diferenciada é recente. O momento é de uma caracterização na Educação Escolar das Aldeias, historicamente destinada à civilização e integração da etnia indígena, em um ambiente para que a autonomia e expressão de sua identidade surjam e fortaleçam, fazendo parte das demandas e dos projetos políticos deste povo. Esta transformação está vinculada às reivindicações indígenas impostas na última Carta Magna, para o reconhecimento do direito, da manutenção de suas formas específicas de viver e de pensar, de sua língua e cultura, de seu modo próprio de construção e transmissão de conhecimentos e cultural da vivência tradicional, protegido por Lei. A partir desta perspectiva será estudada a identidade ética que permeia a Educação Diferenciada da Aldeia Tremembé de Queimadas – Acaraú Ceará.

Palavras-chaves: Educação Diferenciada. Conhecimento. Cultura.

ABSTRACT

This article will address the education of the indigenous people in the Village Tremembé Fires, with basis in national indigenous education in Brazil, which began with the history of European colonization; however, the critical debate on a Differentiated Education is recent. The moment is a characterization in Schools of the Villages, historically intended to civilization and integration of indigenous ethnicity, in an environment so that the autonomy and expression of their identity and strengthen arise as part of the demands and political projects of this people. This transformation is linked to indigenous demands imposed in the last Magna Carta, to the recognition of the right, maintaining their specific ways of living and thinking, their language and culture, its own way of construction and transmission of knowledge and cultural . experiences traditional, protected by Law From this perspective will be studied ethics identity that permeates the Differentiated Education Tremembé Burned Village - Acaraú Ceará.

Key-words: Differentiated Education. Knowledge. Culture.

¹Graduado em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, Sobral – CE, 2002; Especialização em Matemática e Física pela Universidade Estadual do Ceará – UECE – Fortaleza – CE; 2005; Segunda Licenciatura em História – PARFOR – Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, Sobral – CE, 2012; Pós Graduado em Psicopedagogia pela UVA, Sobral – CE.

INTRODUÇÃO

A educação indígena já existe há bastante tempo desde a chegada dos colonizados na Colônia portuguesa no qual o catolicismo aplicou tais ensinamentos aos nativos o modelo europeu, desvalorizando os conhecimentos já existentes dos índios e logo, preocupando-se com essa educação diferenciada que resultou no passado no extermínio de diversas línguas e culturas. Isso hoje, após muitas lutas e conquistas, é visto de forma contestada, pois vários grupos indígenas não resistiram a essas políticas de educação integracionistas, esquecendo-se suas línguas, costumes e tradições, ou seja, deixando sua cultura no esquecimento. O incentivo da nova legislação escolar indígena e acertadas experiências admitiu-se que o índio é um ser dotado de inteligência, e com capacidade de pensar e de construir o próprio destino.

Dessa forma, após a aprovação da Carta Magna de 1988, a educação escolar indígena que é uma modalidade de ensino diferenciada, passou a receber um tratamento diferenciado, garantia de qualidade social por parte do Ministério da Educação (MEC), alicerçada em um novo paradigma educacional de respeito à interculturalidade, ao multilinguismo e a etnicidade. Encarregado de coordenar as ações educacionais no país, por força do Decreto Presidencial 26/91, em articulação com as secretarias estaduais e municipais de educação, o Ministério da Educação vem implementando uma política nacional de educação escolar indígena diferenciada, atendendo preceitos legais estabelecidos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e no Plano Nacional de Educação (PNE).

Freire (2002, p. 96) aponta que:

Quando a escola foi implantada em área indígena, as línguas, a tradição oral, o saber e a arte dos povos indígenas foram discriminadas e excluídas das salas de aulas. A função da escola era fazer com que os índios desaprendessem as suas culturas e deixassem de serem índios. Historicamente, a escola pode ter sido o instrumento de execução de uma política, que contribuiu para a extinção de mais de 800 línguas.

Hoje a educação escolar em terras indígenas é feita de forma diferenciada, com respeito à cultura existente em sua etnia ou em lugares que já perderam muito da cultura, como forma de resgate desta. Desta forma ela é muito bem vista e vivenciada pela maioria dos povos indígenas. Cada povo indígena é dono de universos culturais próprios. Sua variedade e sua originalidade são um patrimônio

importante não apenas para eles próprios e para o Brasil más, de fato, para toda a humanidade.

A luta e a resistência de suas tradições indígenas e valorização do saber do nativo, aproxima a educação da realidade, as práticas sociais adquiridas entre povos indígenas, são princípios presentes na atual legislação de ensino, e na Lei de Diretrizes e Bases (LDB). Ao assumir o compromisso com a Educação indígena diferenciada, o profissional, que na sua maioria não tem a qualificação adequada para o exercício ao Magistério, sendo leigos, tem a missão árdua de desenvolver atividades que promovam a interação comunidade e escola, além de cumprir não apenas um dispositivo legal, mas desenvolvendo o exercício pleno de ofício de mestre.

É nesta linha de raciocínio, que este artigo tem o propósito de analisar as leis que abrangem os povos indígenas, o papel do MEC e da FUNAI, e como o índio é visto pela sociedade e ou comunidade, tudo isso dentro do contexto nacional e fazendo uma analogia com a realidade do grupo Tremembé de Queimadas. A educação escolar, as contribuições e ações do MEC juntas às leis que garantem a educação indígena diferenciada, ou seja, as bases legais e relato sobre o Referencial Curricular Nacional da Educação Indígena (RCNEI) e suas contribuições e finalmente se percebe o uso da temática indígena nas escolas.

Entretanto o estudo investiga a identidade étnica no contexto da educação escolar indígena. Ela se insere nas reflexões sobre os aspectos identitários nos processos educacionais escolares em ambientes indígenas. Sendo assim a interação e a convivência com o povo indígena se constituiu uma exigência ética a partir do concreto cultural e histórico, bem como com o trabalho a favor do reconhecimento e assunção das identidades.

DESENVOLVIMENTO

No contexto atual fala-se sobre educação indígena ou educação diferenciada, como assim é chamada e essa diferenciação vem devido ao trabalho de regastar através da historiografia, os costumes, as crenças, os mitos, entre outros de uma gente, que teve irrelevâncias perdas culturais no início da história do povo brasileiro, desenvolvido na escola pelos os professores indígenas, e ou por estarem muito ligados aos costumes e cultura da própria tribo que lhe pertence, que tantas vezes foram discriminados e sofreram preconceitos. O povo indígena tem o direito

de decidir sobre sua história, sua identidade, suas instituições políticas e sociais e também ao desenvolvimento de suas concepções filosóficas e religiosas. E essas decisões se dão através das lideranças indígenas formadas por pessoas da aldeia, juntamente com as organizações indígenas tem se mobilizado para garantir direitos e denunciar situações de discriminação e abuso sofridos por estes povos.

Para Barth (1998, p. 67):

Reconhece que os grupos étnicos nunca são passivos frente à tentativa de imposição de poder. Eles podem usar de estratégias básicas para a resistência e para sua elevação; é o que sucede com a educação escolar entre o povo indígena, que originalmente estava a serviço da integração e assimilação à sociedade nacional, mas com a agência indígena esta instituição foi reinterpretada e ressignificada, sendo que, atualmente assume também uma posição de promoção da diversidade cultural e da afirmação da identidade étnica.

Diante disso abordagem considera-se que, a educação escolar como espaço ressignificado, de acordo com a cultura indígena, e com determinados conhecimentos advindos dela como partes de suas tradições.

E, para uma melhoria na comunidade escolar, cabe a participação de todos os envolvidos no processo de ensino aprendizagem. Sendo assim, as lideranças da aldeia participam também dentro da escola como voluntários, ajudando nos planejamentos com ideias que possam contribuir para informações sobre a cultura de seus antepassados, e incentivando a participação dos jovens e crianças nas reuniões e palestras para a prática de estudar sobre seus costumes e repassá-los.

Nesse contexto, espera-se o reconhecimento da diferença cultural e de respeito às experiências inovadoras de processos escolares em terras indígenas. Para isso, a escola precisa ser vista como lugar de aprendizado em geral e em âmbito nacional elas precisam romper com a de não terem sido bem vistas no começo de sua história mais que hoje é considerada de suma importância para formação de crianças e jovens indígenas.

De acordo Montserrat (2004, p. 31):

Mas a questão da alfabetização em língua indígena traz um incômodo: o da impressão de que a ruptura com os modelos anteriores de educação escolar não é completa. Foram os missionários evangélicos quem colocaram em prática o bilingüismo de transição ou a introdução à forma escrita pelo uso da língua materna como uma fase preparatória para a alfabetização em português.

Desse modo, o professor indígena e a comunidade, juntos irão construir mecanismos, ações, objetivos, práticas e teorias adequados por meio dos quais a escola indígena, inserida nos sistemas de ensino, consiga sobreviver com identidade própria e isso é um grande desafio para toda a comunidade escolar. Por isso o professor indígena tem um trabalho muito mais abrangente com relação ao processo de ensino-aprendizagem na área indígena. Pois o conteúdo é válido mais, vai além do ensino mecânico e traz o conteúdo para dentro da realidade do aluno. Então o MEC vem reconhecendo e desenvolvendo uma grande tarefa para dar viabilidade a essas escolas e reconhece a categoria distinta das outras dos não índios e implica em tratar ela com suas especificidades e isso é um grande avanço para toda comunidade escolar indígena.

Para Libânio (2008, p. 113):

A escola é um lugar de construir conhecimentos, desenvolver capacidades intelectuais, sociais, afetivas, éticas, estéticas. Mas é também lugar de formação de competências para a participação na vida social, econômica e cultural.

Sendo assim a escola diferenciada desenvolve projetos para promover a capacidade de com seus maiores e melhores talentos possam construir e vivenciar uma escola realmente diferenciada, onde a experiência de vida é importante, onde o respeito é mútuo e onde as tradições não ficam para trás. Contudo, vivenciar esta experiência é muito importante, colocar no aluno vontade de ser melhor e sem passar por cima de suas raízes, sustenta toda uma história de lutas, perdas e vitórias para uma educação melhor e para uma comunidade diferente, mais feliz.

A Constituição Federal de 1988, garante aos índios o direito à diferença e assumia para o Estado a proteção às manifestações culturais indígenas, assegurando o uso de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem. Cumprindo as determinações da Constituição Federal (1988), a LDBEN, esclarece as responsabilidades e especificidades da educação escolar indígena, sobressaindo a preocupação com o ensino bilíngüe e intercultural. No Artigo 26 (2013, p.11), ressalta as características “regionais e locais, da cultura, da economia e da clientela de cada escola”. Garante, ainda, a educação diferenciada que, nas palavras de Brostolin (2003, p.97), assim se sintetiza; “na garantia de uma educação diferenciada torno-se

necessário não apenas ensinar conteúdos na língua materna, mas sim incluir conteúdos curriculares propriamente indígenas”.

O Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (1998, p.24) também reconhece o caráter multiétnico do Brasil, a autonomia indígena e “relações igualitárias entre os povos indígenas a sociedade civil e o Estado”.

Percebe-se as disposições importantes como os vários decretos existentes, como o decreto presidencial nº26, de 1991, atribui ao MEC a competência para integrar a educação escolar indígena aos sistemas de ensino regular, sabendo nos dias atuais não é tarefa fácil, gerenciar e coordenar as ações referentes a todas escolas em todos os níveis e modalidades de ensino, e de certa forma este decreto foi o reconhecimento dos direitos educacionais específicos dos povos indígenas e isso foi reafirmado com o decreto nº 1904/96, instituiu o Programa Nacional de Direitos Humanos e assim surge como meta a ser atingida em pouco tempo a formulação e ação de uma política de proteção e promoção dos direitos de uma educação escolar diferenciada, respeitando seu universo sociocultural. Sendo assim esse direito garantido na nova constituição, para isso, acontecer é preciso reconhecer o professor destas aldeias, matricular estes alunos, oferecer materiais didáticos diferenciados e principalmente ver as escolas diferenciadas como escolas de qualidade e de muita importância para nossos alunos.

Os professores da escola indígena da aldeia Tremembé de Queimadas, todos vieram ou estão se formando na escola superior tradicional e hoje fazem uma educação escolar diferenciada com busca dos valores da cultura indígenas. Isso é um grande avanço para a educação escolar indígena, pois com essas atividades de sala de aula é possível cada comunidade criar seus próprios assuntos e conteúdos para serem trabalhados na sua escola e sua comunidade.

E outro desafio remete à criação da categoria professor indígena dentro dos sistemas de ensino. Trata-se não só de encontrar um lugar funcional para esses professores, como de ter que enfrentar questões extremamente complexas como concursos públicos diferenciados, como muitas vezes o índio ele nunca saiu de sua tribo para estudar como passar em curso publico diversificado, planos de cargos, que proíbe em muitos municípios professores sem formação superior e salários específicos e a continuidade da formação destes professores que não é respeitada, pois alguns quando começaram ensinar apenas tinham o Ensino Médio, hoje já tens alguns professores cursando nível superior, mais são poucos e a maioria só tem o

ensino médio ou cursos específico, chamado na aldeia de magistério indígena. Então a saída para a contratação destes acontece através do ministério público ou pela Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação (CREDE) a cargos temporários para professores indígenas e assim não há professor indígena efetivo, isto é, na nossa região.

Diante disso cria-se uma grande batalha, pois os muitos, ainda não estão preparados, pois o sistema, de modo geral, encontra-se com dificuldades para enfrentar a gestão dessa modalidade de ensino, com pessoal pouco qualificado, escasso recursos financeiros e o principal e mais preocupante que é a falta de compreensão e vontade política dos atuais dirigentes. Como já foi mencionado, existe atualmente um grupo de professores formados no curso de Magistério Indígena Tremembé Superior, pela Universidade Federal do Ceará – UFC, que é uma espécie de curso pedagógico, com carga horário de 4.000 horas aulas e reconhecido pelo MEC, em 2008, no mesmo grupo Tremembé da aldeia de Almofala Ceará. Idealizado pelos os próprios índios em 2006, o curso conjuga os saberes próprios da tradição Tremembé com os conhecimentos teóricos e metodológicos característicos da formação para o exercício da docência, ficando assim aptos para o exercício do magistério nas escolas diferenciadas de sua etnia

A FUNAI muito contribui através de projetos e políticas de investimento a educação indígena mais foi o decreto da presidência da republica n.26\91, que fez mudanças e que transferiu a responsabilidade de coordenar as ações educacionais em terras indígenas para o MEC. E assim criou possibilidades, apesar de não efetivada, de que os professores indígenas deveriam ser capacitados e formados e principalmente entendidos e considerados profissionais da educação e desta forma cria-se uma responsabilidade muito maior do Estado sobre a capacitação destes professores e vendo que hoje a aldeia e os índios não precisam de missões religiosas mais sim de educação de qualidade que possa inserir no mundo do trabalho e político e que respeite sua cultura e que desta forma também atenda as necessidades Educacionais indígenas. Sabemos que ser professor em uma escola assim não é fácil, pois requer novos aportes teóricos, metodológicos e administrativos.

O MEC muito tem feito para melhorar a educação escolar indígena e esses esforços ainda são pouco, e neste intervalo foram lançadas as Diretrizes para a política nacional para as escolas indígenas, em 1993 e depois em 1998 foi a vez do

referencial curricular Nacional para as escolas indígenas, onde se foi escrito com intenção de dar informações a professores indígenas, gestores e técnicos dos sistemas de ensino, estudiosos e interessados na educação no contexto de diversidade sociocultural que de certa forma saiu de uma sistematização de reflexões e subsídios que foram se fazendo em novas práticas pedagógicas e curriculares, que dentro desta nova educação, deu princípios para as políticas públicas educacionais.

Então se pode afirmar que o MEC, vem fazendo seu papel, pois sabemos que as verbas e investimento de aperfeiçoamento e formação de professores indígenas no Ensino Médio e superior, como também a criação de materiais didáticos adequados e investimentos na rede física com construções de escolas, reformas e ampliações. Então, ainda é uma tarefa árdua construir mecanismos de sobrevivência da escola indígena, inserida nos sistemas de ensino e tentando guardar sua identidade própria.

Para Neves (2006, p. 23):

(...) redefine em maio de 2006 o projeto de lei 4295\08 que o papel e a competência da FUNAI (fundação nacional do índio) as funções de implementação de políticas públicas direcionadas aos indígenas, a supervisão de atividades desenvolvidas por órgãos públicos para garantir os direitos desses povos, e a harmonização dos interesses de órgãos e agentes públicos e privados, com a mediação de conflitos que envolvam a causa indígena. Então o papel da FUNAI nos dias atuais é de grande importância e hoje não falta quem cuide dos problemas dos povos indígenas. Falta, contudo, coordenação. Essa função deveria ser da FUNAI, mas a fundação atualmente representa apenas um agente no complexo emaranhado do setor. Esse fato, em vez de facilitar a vida dos índios, deixa-os a mercê de conflitos.

A proliferação dos cursos de formação de professores indígenas sob responsabilidade exclusiva dos sistemas de ensino tem ensejado a necessidade de uma avaliação criteriosa, pois são diversas falhas que permitem a respeito da natureza da formação que vem sendo oferecida aos professores indígenas por meio de cursos de formação em nível médio e também em nível superior.

Essa é inspirada cada vez menos na história, na cultura e na especificidade dos grupos envolvidos e isso não deveria acontecer, pois como formar professores para a escola diferenciada se está fazendo como no passado buscando a igualdade e não pluralidade de culturas. E isso é uma grande crítica ou desrespeito ao professor indígena. Tem havido pouco engajamento na tarefa de propiciar aos

professores indígenas a oportunidade de pensar coletivamente um projeto específico e próprio de escola, e que tenha características da comunidade inserida e permita sair de uma genérica escola indígena.

O índio ainda não é reconhecido como ser ricamente cultural e não é bem visto pela sociedade, sempre pensam em pessoas desinformadas e que não tem cultura ou que sua cultura é ultrapassada, ou simplesmente acham que são pessoas que querem se aproveitar do direito e das culturas indígenas e muitos hoje afirmam não existir mais índios e sim aproveitadores. Mais muita coisa está mudando com relação às leis que regem este país e atualmente o povo indígena tem seus direitos reconhecidos e houve grande avanço, tanto por parte dos Estados nacionais, quanto pela comunidade internacional. E faz com que cada vez mais as escolas diferenciadas trabalhem seus alunos a perspectiva de um futuro melhor, onde cada um com seus talentos possam fazer um pouco pela comunidade indígena.

Para Montserrat (2004, p. 50):

As escolas indígenas como espaços de fronteiras, entendidas como espaços de trânsito, articulação e troca de conhecimentos, assim como espaços de incompreensões e de redefinições identitárias dos grupos envolvidos nesse processo, índios e não-índios.

E, as principais características das escolas indígenas são: o aprendizado em todas as áreas e valorização da cultura. Então desta forma pode-se afirmar que o índio quer aprender em âmbito nacional, mais sem deixar de lado suas tradições e nem devorar sua cultura.

Todos sabem que quando os colonizadores chegaram a America em 1500, iniciou-se um grande massacre onde milhares ou milhões de índios foram mortos, onde aldeias inteiras dizimadas e que foi imposta a educação tradicional, aqui no Brasil pelos padres jesuítas, a história da educação no Brasil iniciou-se com a chegada dos padres jesuítas em 1549. Visando à propagação da fé, lançaram as bases de um vasto sistema educacional, que se desenvolveu progressivamente com a expansão territorial da colônia. Agindo com rapidez, estabeleceram-se no litoral e daí penetraram nas aldeias indígenas, fundando conventos e colégios. Por dois séculos, foram os principais educadores do Brasil, ao lado de outras ordens religiosas que também mantiveram escolas, como a dos franciscanos.

Isso tudo modificou e influenciou a cultura da educação indígena no Brasil e é lamentável, pois muitas línguas foram totalmente extinguidas. Hoje no torem, em

algumas tribos é cantado com letras de músicas que nem mesmo os mais velhos da tribo conhecem o significado e para eles é uma grande tristeza.

Freire (2004, p.37-38) afirma que:

A escola sempre reproduziu e reproduz a ideologia da classe dominante, mas que não é só isto, que a escola vive, através de nós, as contradições que se dão na sociedade, por isso ela se dá independentemente do querer do poder e possibilita a crítica à ideologia do poder. Ela pode se tornar também espaço de agência e de assunção de identidades.

Para Freire, a escola não é boa e nem má em si. Depende a que serviço ela está no mundo. Precisa saber a quem ela defende.

Nos últimos anos, abandonou-se a previsão de desaparecimento físico e cultural dos povos indígenas e o Brasil foi redescobrendo as diferenças culturais que sobreviveram e que não são poucas e depois de mais de 500 anos de tentativas de aculturação destes povos. E hoje se luta e ver que esses nativos não só farão parte do nosso passado mais também do presente e farão parte do futuro. E a educação escolar indígena é e será a principal responsável para que isso realmente ocorra, e esta diferenciação se dar não só através de métodos e praticas usada nas salas de aulas de cada aldeia onde os mais velhos são chamados a participar a conversar e palestrar tirando duvidas e revivendo o passado e como também no modo de convivência da comunidade.

Para a comunidade escolar indígena Tremembé de Queimadas, foi uma grande vitória, pois o seu calendário escolar existe uma flexibilidade ao adaptar com as atividades econômicas da aldeia. Todos os profissionais da Educação Indígena se articulam logo no início do ano letivo e elaboram o seu próprio calendário escolar e reformulam o regimento da Instituição como também traçam outras metas para o ano letivo. A secretaria de Educação Básica (CREDE) ainda têm enorme resistência em obedecer à lei e aceitar as alterações no calendário diferenciado, propostos pelas comunidades indígenas (Queimadas e Almofala), pois a legislação garante e os índios tentam usufruir para a programação de suas atividades econômicas (colheitas e farinhadas) que sustentem a aldeia Tremembé.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases, a educação indígena deve ser orientada pelo Ministério da Educação e, pelas secretarias estaduais e municipais. Então cabe a esses órgãos preparar os técnicos e os gestores para essa visão de escola diferenciada. A comunidade espera pessoas capazes de detectar problemas

e apontar soluções. Os problemas não são novos e são recorrentes. A comunidade escolar espera políticas que resolvam e atenda essas necessidades que não são poucas e como já se sabe a Constituição de 1988 garantiu aos povos indígenas uma educação escolar diferenciada, que respeitasse a cultura e os saberes tradicionais de cada etnia.

Educação escolar indígena tem como principais princípios os seguintes itens abaixo: etnicidade, pluralidade e diversidade esses são os fundamentos da educação indígena e sem eles a comunidade escolar indígena perderia totalmente sua essência, pois sabemos que o Brasil tem uma grande diversidade de grupos étnicos devido às histórias, saberes e culturas. E, é na educação diferenciada indígena tudo isso são trabalhados e, na aldeia Tremembé é levado em consideração também o currículo nacional.

A educação escolar indígena também tem suas dificuldades, principalmente com materiais didáticos diferenciados que trabalhem a cultura de forma interdisciplinar e falta investimento nesta área. Nas escolas é trabalhado os livros das escolas regulares os livros PNLD e as escolas participam desta escolha, durante a escolha é observado os que melhores se adaptam e assim é feito pois não material diferenciado para as escolas indígenas e assim cabe a comunidade e principalmente aos professores e gestores essas diferenciação dentro de cada aula e de cada conteúdo quando possível o uso e exemplificação dos costumes e tradições como também estabelecer laços entre a história mundial e atual e a história dos índios e de sua aldeia ou comunidade.

Na escola Diferenciada Tremembé de Queimadas, durante as aulas como também nos festejos cívicos, na comunidade é apresentado em forma de dança o torem, que é a dança tradicional indígena, onde os alunos e comunidade dançam em círculo e com as mãos para trás para lembrar as mãos amarradas do tempo da escravidão e eles dançam com muito respeito a sua cultura e sua origem, assim regatando-a.

Uma outra diferenciação na Escola Indígena de Queimadas, como nas outras aldeias: durante as aulas acontecem diversas palestras com temas variados para toda a comunidade escolar e contações de mitos e lendas, além de histórias das antiguidades, das secas e das necessidades que seus antepassados passaram, como também o processo de imigração que ocorreu com os povos daqui, pois a aldeia dos Tremembé de Queimadas está situada dentro de Perímetro Irrigado Baixo

Acaraú, pois foi uma luta da tribo dos Tremembé para a legalização de suas terras junto ao Governo Federal, temos também a religião Tremembé onde é trabalhado o direito a liberdade e o respeito a natureza que é responsabilidade de todos indígenas e nossas. Outra principal característica da aldeia Indígena Tremembé é a criação de uma comissão onde esta é responsável por todas ações da escola e da comunidade.

Segundo Kaxinawá (2005)

As escolas indígenas são diferentes das escolas não-indígenas porque possui características de ensino próprias. Essas são grandes diferenças. Os regimentos escolares também diferem em vários pontos, como: calendário escolar, carga horária, conteúdos, metodologia de ensino, etc

É diferenciada porque trabalha respeitando as maneiras tradicionais dos velhos passarem os conhecimentos para os jovens. É diferente porque o professor é o principal autor de seus próprios materiais didáticos usados na escola e usa também o conhecimento oral. A aproximação com a escola não indígena é pelo caráter de ensino que fazem em busca dos seus conhecimentos sociais e da cidadania.

Sabemos que há um grande preconceito sobre os índios e que devem ser feitos projetos e discussões nas escolas não indígenas para que haja uma boa relação futuramente sobre essa questão. Muito se falam em que o índio é um patrimônio nacional e que sua cultura deve ser conservada, mas muito pouco é feito com relação a políticas de incentivo ao direito dos índios e de suas aldeias.

E atender as expectativas que se colocam sobre a escola indígena não é fácil, romper com toda uma história voltada para colonização, integração cultural e assimilação, e sem duvida a maior expectativa é de garantir qualidade no ensino e não esquecer em primeiro lugar a diferença, em segundo autonomia e em terceiro a interculturalidade. Sendo que o aspecto fundamental desta concepção passa a ser a identificação étnica, a saber “a característica da auto atribuição ou da atribuição por outros a uma categoria étnica” (BARTH, 1998, p. 193).

E isso só ocorre quando respeitamos os direitos, as ações, os costumes e os valores de cada povo e dessa forma surgiram oportunidades para que possam viver sua identidade, cultura e valores. Então posso dizer que o problema hoje não é a lei, pois as leis amparam todos os povos indígenas, mas os desafios para a construção da escola indígena pelos índios, fazendo uma ligação com suas necessidades e

autônomos para isso. E isso deve ser feito com a sociedade em geral mobilizando assim um processo contínuo.

Considera-se que perceber a necessidade de uma gestão escolar que trabalhe o intercultural, que vá além daquilo que está posto. Por isso é importante ressaltar a necessidade de que cada professor, no seu papel de educador, tenha claros esses conceitos, para interagir com a complexidade das relações existentes entre culturas, identidades e diferenças que permeiam o contexto escolar. Sendo assim as escolas indígenas ainda não tem materiais próprios como livros didáticos e assim é papel da gestão e dos professores adequarem esses livros de acordo com a realidade dos alunos e inserido muito da cultura nos conteúdos contidos nos livros em suas explicações. Então essa função não é fácil, mas é feita por todos os professores indígenas, seja em português em matemática ou em qualquer outra disciplina.

Os professores indígenas que são docentes da Escola Diferenciada de Queimadas acreditam que, quando a escola é gerenciada pelos próprios índios e pela própria comunidade, ela consegue atingir o que a comunidade almeja diante de suas expectativas e desejos. E cabe a gestão o papel de organizar para que isso aconteça e a gestão indígena, deve dar condições de autonomia e possibilidade de corresponder aos objetivos da comunidade. Quando isso acontecer, podemos dizer que a escola teve um grande avanço, no entanto, ainda enfrenta dificuldades para atender as expectativas de uma escola indígena com modos, particularidades e objetivos próprios da comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto da educação escolar indígena, outra característica identitária com forte expressão é a relação com a natureza, seja isto em termos de conhecimentos do meio ambiente em sua diversidade biológica e ecológica; ou pela forma diferenciada de conceber e interagir no mundo e no cosmos. Para os indígenas, não existe uma separação entre o ser humano e a natureza, mas uma contínua integração entre eles. São partes de um sistema único em que se estabelecem relações sociais entre o ser humano e todo o planeta. Esta relação diferenciada com a natureza permite que também estejam sensíveis aos maus tratos que ela tem sofrido e se envolvam em ações comprometidas com a vida de todos os seres da natureza. Assim, o conhecimento e a relação com a natureza são

veiculados e vivenciados na escola através de conteúdos, de posturas e de ações concretas de revitalização do ambiente.

A educação escolar indígena pode significar espaço de conhecimentos ocidentais advindos da sociedade nacional, que possibilitam a ampliação das redes de relações que os colocam num contexto mais amplo de interações. No acesso a estes conhecimentos tomam posse da linguagem, dos significados e dos conteúdos da sociedade nacional o que permite a compreensão e manipulação destes elementos para proceder a relações e interações. Além disso, considera-se que o domínio destes elementos está articulado a processos mais complexos de afirmação e constituição de suas identidades no âmbito da sociedade nacional em que os indígenas percebem que precisam construir uma visibilidade de sua presença de modo a garantir um espaço e um tempo para concretizar seus projetos políticos coletivos, delineados no quadro sócio-político da nação brasileira.

No decorrer deste artigo percebeu-se que são várias leis que amparam a educação escolar indígena e também os obstáculos que impedem uma educação escolar indígena de qualidade.

A identidade étnica do indígena, atualmente deve ser entendida no contexto dos movimentos de reivindicação. O povo se expressa através destes movimentos. A educação escolar se inscreve nessa perspectiva da construção de uma identidade em tempos de movimento. Ela se insere neste contexto marcado pelas mobilizações e lutas em favor de direitos indígenas. E isso é decisivo e definidor do processo educativo, pois nele se reflete o que são e o que pensam seus agentes. Assim, conteúdos, pedagogias, metodologias, calendários estão orientados para essa identidade em tempos de movimento. Nesse sentido, a educação escolar indígena está envolvida na mobilização e na defesa dos direitos, da autonomia, da terra, da educação e saúde diferenciadas e especificidades culturais. Enfim, uma educação escolar participativa da vida, e das mobilizações pela vida da comunidade indígena, no qual transparece o compromisso político com a transformação social da realidade ofensiva.

Destacou-se que a aldeia e tribo deverão contribuir para o processo de ensino-aprendizagem, uma vez que a escola só poderá exercer suas funções de forma eficaz, a partir do momento em que a comunidade se comprometer a cumprir sua vinculação, trabalhando de mãos dadas com a instituição educacional, no

sentido de programar transformações que possam contribuir no favorecimento de um processo de desenvolvimento.

Dessa forma detectou-se as ações do MEC, e que não são poucas e a revolução que elas fazem nas comunidades indígenas e a relação com realidade indígena Tremembé de Queimadas. Observou-se que ainda não é possível fazer uma verdadeira escola diferenciada, pois são muitos problemas desde falta de pessoal qualificado e até o mais complicado as leis serem cumpridas.

Sobretudo a escola precisa desempenhar um papel importante no processo ensino-aprendizagem, como parceiros importantes a comunidade também tem a sua parcela de colaboração, principalmente no que se refere ao tempo que convive em grupos seja na família, em festas ou rituais da comunidade.

REFERÊNCIA

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Centro Gráfico do Estado Federal, 1988.

_____. Ministério da Educação e Desporto. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Congresso Nacional, 1996.

_____. Presidência da República. **Programa Nacional de Direitos Humanos**. Brasília: Ministério da Justiça, 1996.

_____. **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas**. Brasília: MEC, 1998.

BARTH, Fredrik. **Grupos Étnicos e suas Fronteiras**, (1998, p.67)

FREIRE, José Ribamar Bessa. **Fontes Históricas para a avaliação da escola indígena no Brasil**. In. Revista Tellus, Campo Grande: UCDB, ano 2, nº 3, outubro de 2002, p. 87-98.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e Gestão da Escola: teoria e prática**. 5. ed. Goiânia: MF Livros, 2008

MANÁ, Joaquim, professor indígena Kaxinaw. A.C, No RCNEI, **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas/ ministério da educação Continuada, Alfabetização e Diversidade** - Brasília: MEC/ SECAD 2005

MONTSERRAT, Ruth. **O que é o ensino bilíngue: a metodologia da gramática contrastiva**. Em Aberto, Brasília, ano 14, n, 3, p. 47-56, jul./set. 2004.

Site:<http://www.funai.gov.br/index.php/educacao-escolar-indigena?>